



**ALBERTO PASSOS GUIMARÃES E CAIO PRADO JR.:
UM DEBATE EM TORNO DA LINHA POLÍTICA DO PCB DE 1958**

**ALBERTO PASSOS GUIMARÃES Y CAIO PRADO JR.:
UN DEBATE ALREDEDOR DE LA LÍNEA POLÍTICA DEL PCB DE 1958**

**ALBERTO PASSOS GUIMARAES AND CAIO PRADO JR.:
A CONTROVERSY AROUND THE 1958 PCB POLICY LINE**

João Guilherme Alvares de Farias¹

Resumo

A partir de análise concentrada na produção de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Jr., nosso objetivo com o presente artigo é expor os vínculos teóricos e políticos que unem a obra de Alberto Guimarães e a tradição do Partido Comunista Brasileiro (PCB), bem como a crítica formulada por Caio Prado Jr. à tese do feudalismo-colonial e à caracterização pecebista da formação social brasileira na década de 1950. A metodologia adequada à nossa proposta é a pesquisa bibliográfica e análise documental. Espera-se, com esse trabalho, contribuir com os estudos introdutórios na área do pensamento social brasileiro, fornecendo um panorama que parte da tentativa de dois importantes pensadores vinculados ao movimento operário e que buscaram, à luz do materialismo histórico, cada um à sua maneira, interpretar o Brasil.

Palavras chave: Feudalismo-colonial; Marxismo brasileiro; Revolução brasileira.

Resumen

A partir de un análisis centrado en la producción de Alberto Passos Guimarães y Caio Prado Jr., nuestro objetivo con este artículo es exponer los lazos teóricos y políticos que unen el trabajo de Alberto Guimarães y la tradición del Partido Comunista Brasileño (PCB), así como la crítica de Caio Prado Jr. a la tesis del feudalismo colonial y la caracterización pecebista de la formación social brasileña en la década de 1950. La metodología apropiada para nuestra propuesta es la investigación bibliográfica y el análisis de documentos. Se espera, con este trabajo, contribuir a los estudios introductorios en el área del pensamiento social brasileño, proporcionando una visión general desde el intento de dos pensadores importantes vinculados al movimiento obrero y que buscaron, a la luz del materialismo histórico, cada uno a su manera, interpretar el Brasil.

Palabras clave: Feudalismo colonial; Marxismo brasileño; Revolución brasileña.

Abstract

Based on an analysis of the production of Alberto Passos Guimaraes and Caio Prado Jr., our objective with this article is to expose the theoretical and political ties that unite the work of Alberto Guimaraes and the tradition of the Brazilian Communist Party (PCB), as well as Caio Prado Jr.'s critique of the colonial feudalism thesis and the Pecebist characterization of Brazilian social formation in the 1950s. The appropriate methodology for our proposal is bibliographic research and document analysis. It is hoped, with this work, to contribute to the introductory studies in the area of Brazilian social thought, providing an overview that starts from the attempt of two important thinkers linked to the workers movement and who sought, in the light of historical materialism, each in their own way, interpret Brazil.

Keywords: Feudalism-colonial; Brazilian Marxism; Brazilian revolution.

¹ Mestrando no Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenador do Grupo de Pesquisa Marxismo e Direito. E-mail: alvares.farias@unifesp.br.



INTRODUÇÃO

No presente texto, iremos tratar do livro *Quatro Séculos de Latifúndio* (1964) como forma de oferecer um panorama geral das formulações teóricas a respeito da formação econômica e social brasileira a partir da hipótese do feudalismo, nos termos em que Alberto Passos Guimarães oferece ao tema.

Como registra Carlos Dória², tanto Sodré como Guimarães se destacam com igual peso na empreitada de tematizar a teoria do feudalismo, vinculando suas formulações teóricas com o movimento comunista. Nosso objetivo nesse artigo é justamente expor a vinculação entre os fundamentos que embasam a teoria da formação feudal com suas implicações políticas, tendo por objeto de análise a Declaração de Março de 1958 do Partido Comunista do Brasil (atual denominação do Partido Comunista Brasileiro - PCB, fundado em 1922)³.

Por outro lado, o motivo de escolha da obra de Alberto Passos, deixando de lado outro importante nome para o tema, como é o caso de Sodré, levou em conta dois motivos precípuos, um de ordem teórica, outro de ordem política⁴: o primeiro em razão do impacto de sua obra no pensamento marxista brasileiro e o segundo em decorrência da participação de Alberto Passos na comissão que redigiu a Declaração do PCB de 1958.

Ainda, quanto à primeira razão, vale registrar a seguinte constatação de Dória⁵: *Quatro Séculos de Latifúndio* é “isoladamente [...] a mais marcante para toda uma geração de marxistas brasileiros e, em discrepância com a obra dos demais autores citados, foi responsável pela ampla generalização da tese sobre o feudalismo brasileiro”. O segundo motivo, como dissemos, relaciona-se à atuação política de Alberto, conforme se depreende do relato feito por Jacob Gorender:

A esta altura, Dias me convidou para uma reunião, à qual também vieram Mário Alves, Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães [...]. Tratava-se de formar uma comissão ultra-secreta desconhecida para o Comitê Central e mesmo para a Comissão Executiva. Todos os presentes, aceitamos a proposta. Em numerosas reuniões, sob as altas temperaturas do verão carioca, de dezembro de 1957 a fevereiro de 1958, debatemos os diversos temas e chegamos à redação final do que tomou a denominação de *Declaração Política de Março de 1958*. (2014, p. 33/34)

Trataremos também no presente artigo da crítica formulada por Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira* (1966), devido ao fato deste ter sido “o mais vigoroso interlocutor” da

² Dória, 2007, p. 262.

³ Para um panorama da cisão que deu origem às duas siglas que hoje conhecemos, PCB e PCdoB, vale consultar os capítulos 3 a 5 de *Combate nas Trevas* (2014) de Jacob Gorender. No que diz respeito à fundação do PCB, indicamos o livro de Astrojildo Pereira *Construindo o PCB: 1922 – 1924* (1980).

⁴ A respeito das formulações de Alberto Passos, afirma Carlos Dória que “o objetivo político desta tese [a hipótese feudal] é, aos olhos de hoje, mais importante do que seu esmiuçamento conceptual”. (2007, p. 263).

⁵ *op. cit.*



tradição de autores que participaram do debate sobre a ideia de revolução no marxismo brasileiro, no interior do próprio PCB, como aponta Marcos Del Roio⁶.

A estrutura do texto conterà essencialmente três partes: i) os fundamentos teóricos apresentados por Alberto Passos Guimarães em *Quatro Séculos de Latifúndio* e sua interpretação sobre a formação social brasileira; ii) os desdobramentos políticos ou a instrumentalização da teoria para definição da linha política do PCB apresentada na Declaração de Março de 1958; iii) a crítica operada por Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira*.

Como se percebe, o presente artigo é bastante despretensioso. A partir de análise concentrada na produção de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Jr., nosso objetivo com o presente artigo é expor os vínculos teóricos e políticos que unem a obra de Alberto Guimarães e a tradição do Partido Comunista Brasileiro (PCB), bem como a crítica formulada por Caio Prado Jr. à tese do feudalismo-colonial e à caracterização pecebista da formação social brasileira na década de 1950.

O FEUDALISMO-COLONIAL

Em *Quatro Séculos de Latifúndio* (1964) Alberto Passos Guimarães critica o que diz ser o “caráter apologético” da concepção de que no período colonial teria predominado, no Brasil, o modo de produção capitalista, tendo em vista sua defesa de que, na verdade, o que houve foi um uma espécie de planejamento consciente da Metrópole, diante do latifúndio, de reproduzir em terras brasileiras “os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal”⁷.

A colonização, segundo Alberto Passos, teria como objetivo a transplantação de um regime econômico já dominado pelos portugueses, ainda que tal regime estivesse em processo de desintegração na Metrópole, encontrando aqui as condições necessárias à sua implementação: “a intenção da Metrópole era realizar o que efetivamente foi cumprido: pôr nas mãos da fidalguia o monopólio de grandes tratos de terreno, enfeudá-los segundo as suas mais puras tradições [...]”⁸.

Recusando-se a extrair o caráter capitalista de uma formação social determinada simplesmente em razão da circulação, Guimarães ressalta que um modo de produção é definido pela maneira como os homens obtêm os meios necessários à produção e reprodução das condições de sua existência. Nas palavras do nosso autor:

(...) o *básico* num regime econômico é o sistema de produção, isto é, o modo por que, numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existências. Assim, o modo por que os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver é que determina todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição ou circulação desses bens⁹.

⁶ Del Roio, 2007, p. 73

⁷ Guimarães, 1968, p. 24.

⁸ *Ibid.*, p. 47.

⁹ *Ibid.*, p. 27.



À luz dessa formulação, Alberto Passos se propõe, portanto, a caracterizar o modo pelo qual os habitantes do Brasil Colônia produziam e reproduziam suas condições materiais de existência. Sua investigação histórica permite concluir que assim como em Portugal quinhentista, a grande propriedade fundiária¹⁰ constituiria o núcleo celular da reprodução da vida no período colonial, de modo que a subsistência daqueles homens se pautava fundamentalmente, pelo trabalho da terra, “indiscutivelmente, o principal e mais importante meio de produção”¹¹.

Todavia, as condições de reprodução do feudalismo no Brasil não foram as mesmas que aquelas próprias do seu período clássico, na Europa, especialmente em Portugal. O traço marcante do monopólio da terra, no caso brasileiro, não foi acompanhado pela existência do servo da gleba, mas, ao contrário, por um regime regressivo de trabalho: o escravismo. Daí sua afirmação de que na “impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve de regredir ao escravismo”¹².

Ciente da perda de produtividade inerente ao regime de trabalho escravo implementado no curso da colonização, Alberto Passos fala que tais perdas puderam ser balanceadas pelas condições naturais aqui encontradas, como a fertilidade da terra e o clima, além, é claro, do rigor excessivo aplicado ao regime de trabalho, o que permitiu desenvolver “o caráter comercial de sua produção”, cujo destinatário foi desde o início do período colonial o mercado mundial, na ausência de um mercado interno. (p. 29).¹³

Veremos que apesar dessa constatação, que vislumbra a produção do Brasil integrada desde a colonização ao comércio mundial, as conclusões de Alberto Passos e Caio Prado Jr., adotam caminhos diferentes, sobretudo quando verificarmos os desdobramentos políticos desse fundamento teórico na Declaração de Março de 1958 do PCB, quando abordaremos o tratamento que ganha nesse documento o caráter da burguesia nacional.

Retornando aos argumentos de Alberto Passos, verificamos que ao lado da propriedade da terra e do trabalho escravo, o que também se verificou por aqui foi existência de um poder extraeconômico, próprio de formas de produção pré-capitalista, nas quais existe um elemento de coação que concorre para a produção e é exercido fora do âmbito econômico. Assim, na Colônia, o poder extraeconômico foi exercido pelo proprietário fundiário, que impunha sobre o trabalhador a força física, a violência e a coerção direta, sem quaisquer mediações, nem mesmo jurídica. Guimarães cita como exemplo desse poder extraeconômico o coronelismo.

O monopólio da terra (latifúndio), fundamento último do poder extraeconômico, e o regime de trabalho escravo, portanto, a mesclagem entre formas servis e escravistas – sendo que estas atribuíam àquelas o caráter regressivo –, conformavam o modo de produção designado por Alberto Passos como “feudalismo-colonial”, cuja organização social permitia o convívio simultâneo do regime escravo com a renda-trabalho e a renda-produto, além de contingentes de trabalhadores agregados.

¹⁰ Veremos mais adiante como essa caracterização do feudalismo, pautado na grande propriedade, foi absolutamente recusada por atores como Caio Prado Jr.

¹¹ *Ibid.*, p. 28.

¹² *Ibid.*, p. 29.

¹³ *Op. cit.*



Nesse ponto da sua argumentação em *Quatro Séculos de Latifúndio*, Alberto Passos Guimarães faz uma afirmação de grande relevo para o investigador que busca compreender o Brasil com o auxílio do materialismo histórico: o debate a respeito da caracterização do regime colonial brasileiro nunca teve um objetivo diletante. Ao contrário, seu interesse ultrapassa as fronteiras da discussão acadêmica. Afinal, “nele estão envolvidas questões de enorme significação para o desenvolvimento econômico e social [...], bem como interesses políticos de máxima relevância”¹⁴. O ponto alto dessa afirmação, como veremos, residiu no debate sobre a linha política adotada pelo PCB em 1958.

Naquele final da década de 1950, advogar a existência de elementos feudais, levaria a desdobramentos políticos pautados, por exemplo, na centralidade da defesa de reformas na estrutura fundiária do país, como é o clássico exemplo da reforma agrária. Por outro lado, segundo Alberto Passos, compreender que na Colônia já se verificava a presença do regime de produção capitalista, levava à defesa, naquele momento, de uma “estratégia *evolucionista*”, isto é, que se orientava pela mecanização da produção agrícola, com injeção de capital, “acrescentando-se à atual estrutura agrária alguns ingredientes”¹⁵, sem antes promover as “reformas de base”¹⁶ necessárias e prévias. Até porque, os demais meios de produção – instrumentos de mecânicos de trabalho como o trator, etc. –, se comparados com a terra, eram ainda muito escassos.

Alberto Passos, portanto, entendia que os elementos feudais que estiveram no período da Colônia presentes na formação econômica do país, ainda não haviam sido superados. O principal desses vestígios era o latifúndio. Desse modo, sua conclusão não poderia ser outra senão a defesa da reforma agrária e a democratização do acesso à terra: “a negação ou mesmo a subestimação da substância feudal do latifundismo brasileiro retira da reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico revolucionário”¹⁷.

A negação do caráter feudal para em seu lugar preencher o regime econômico colonial com características próprias do modo de produção capitalista poderia levar, segundo Alberto Passos, à noção de que a estrutura agrária não demandava reformas, bastando que nela se injetasse mais capital e que se desenvolvessem as forças produtivas.

Todavia, segundo ele, o desenvolvimento das forças produtivas permaneceria inviabilizado se as próprias relações de produção pré-capitalistas e “caducas”, então contraditórias e em choque direto com o capitalismo, não passassem por profundas alterações. Essas alterações demandavam necessariamente o rompimento com o passado, isto é, com o sistema feudo-colonial, a “forma particular, específica, por que assumiu no Brasil a propriedade do principal e mais importante dos meios de produção na agricultura, isto é, a propriedade da terra”¹⁸.

¹⁴ *Ibid.*, p. 33.

¹⁵ *Ibid.*, p. 33.

¹⁶ “Sob essa ampla denominação de “reformas de base” estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. [...] O carro-chefe das reformas era, sem dúvida, a reforma agrária que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais”. (Marieta de Moraes Ferreira – FGV-CPDOC).

¹⁷ *Ibid.*, p. 34.

¹⁸ *Ibid.*, p. 35



A caracterização da formação social brasileira como feudo-colonial¹⁹, a que nos referimos há pouco, significava, para Alberto Passos, a permanência de relações de produção que passaram a atuar como entrave ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nessa dupla designação “feudalismo-colonial”, verificamos que o elemento “feudal” encontrou seu fundamento material na constatação de Alberto Passos sobre o caráter dominante da propriedade agrária e da terra como meio de produção. Já o elemento “colonial” assentava no caráter exterior da produção, controlada pela Coroa. Essas condições possibilitaram a identificação da formação colonial do Brasil, segundo Alberto Passos, como “feudalismo-colonial”.

Ainda, o elemento colonial acabava por atribuir ao caráter feudal do regime de produção brasileiro uma especificidade. Segundo Alberto Passos, diferente do que ocorreu nos países desenvolvidos (Europa e América do Norte), a forma como se organizou a produção brasileira dificultava a modernização das relações de produção do campo e também da incorporação de processos tecnológicos avançados, bem como do desenvolvimento de formas de trabalho e de produção tipicamente capitalistas.

Segundo nosso autor, eram três os motivos que atuavam como entrave ao desenvolvimento desse processo: i) o caráter exportador da produção, que envia para o exterior parte considerável dos lucros obtidos; ii) o intermédio necessário de compradores e usurários responsáveis pela transferência dos lucros para os trustes internacionais, por um lado, e no rebaixamento da remuneração dos trabalhadores, por outro; iii) a descapitalização da economia nacional, na medida em que a renda gerada com a produção acaba por ser exportada, coibindo a industrialização, por um lado, e a formação de um mercado interno, por outro, já que, neste último caso, reduz o poder aquisitivo dos trabalhadores rurais.

A solução que se apresente, pois, para o desenvolvimento econômico nacional passaria pela reforma da estrutura agrária, já que as relações de produção feudais ou semi-feudais, presentes no início da segunda metade do século passado, atuavam como empecilho/entrave à industrialização e à constituição de formas capitalistas de trabalho e de produção:

(...) ao nos referirmos às características feudais e coloniais do latifúndio brasileiro, não pretendemos asseverar que elas existam agora com o mesmo grau de intensidade em que existiam no Brasil-Colônia, nem que revestem as mesmas formas “puras” ou “integrais”. [...] o que de fato importa é reconhecer sua presença, sua sobrevivência, sua permanência ainda que residual, como vestígios de um passado que deveria estar morto. (GUIMARÃES, 1968, p. 38).

O objetivo político de sua tese visa, nesse sentido, defender o caráter revolucionário que tem a bandeira da reforma agrária, cujo objetivo:

(...) *fundamental* é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo; romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semif feudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e jurídico da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças

¹⁹ Alberto Passos se refere a essas relações também como feudo-escravistas “[...] como feudal-escravista é que se deve definir tanto o engenho, como todo o período colonial da sociedade brasileira” (*ibid.*, 1968, p. 64).



produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país. (GUIMARÃES, 1968, p. 38).

A determinação última do feudalismo-colonial estava no regime de sesmaria, que, em razão da sua implementação na Colônia, acabou por originar um modo de produção *sui generis* na história, capaz de reunir “o regime feudal da propriedade e o regime escravista do trabalho”. A sesmaria e o engenho consubstanciaram, segundo Alberto Passos, a unidade produtora fundamental desse modo de produção particular²⁰. Ao lado do engenho existia também no domínio latifundiário a fazenda. Embora originados na política colonizadora do Reino, ambos institutos detinham características singulares.

O engenho era, para nosso autor, uma “organização híbrida”, na medida em que conjugava um sistema de produção anacrônico (escravismo) e outro mais avançado (feudalismo). Mais especificamente, a questão é assim colocada por Alberto Passos: ao mesmo tempo que se erguia sobre formas de propriedade feudais, o regime de trabalho no engenho era predominantemente realizado por mão de obra escrava. Esse organismo “medularmente feudal” detinha, com relação à fazenda, uma importante distinção. No seu comando estava sempre o senhorio familiar, cujo poder era indivisível.

Ainda, nessa base produtora, “a célula da sociedade colonial”²¹ que determinava o modo de organização social da vida na Colônia, num antagonismo que combinava relações de domínio e de subordinação entre nobres e senhores de escravos, por lado, servos, escravos, por outro, a remuneração de lavradores e rendeiros se equiparavam a tributos feudais, típicos de formas pré-capitalistas de renda.

O surgimento da fazenda teria significado, nesse sentido, “uma primeira brecha no monopólio absoluto da terra”²², em decorrência da pecuária e das consequências advindas da criação do gado em esteios apartados dos engenhos, o que teria permitido a aquisição de grandes (fazendas) e pequenas (sítios) propriedades fundiárias: “a criação de gado possibilitou aquilo os senhorios açucareiros nunca poderiam permitir – o acesso à terra a uma parte da população nativa mais pobre”²³.

Isso só teria sido possível em razão da fazenda adotar um sistema de arrendamento semelhante à renda agrária capitalista, de modo que a pecuária – atividade produtiva típica da fazenda – possibilitava tanto o acesso à exploração, como à aquisição de terras, de modo que “a fazenda se opunha ao engenho como força desagregadora dos privilégios absolutos da nobreza feudal”²⁴.

Esse processo de expansão das fazendas se explicava pela incapacidade do engenho de abastecer a produção açucareira – que além do escravo utilizava também o gado como fonte de energia – e, simultaneamente, o mercado externo – que demandava a produção do couro de gado. Isso porque, num primeiro momento, o gado era criado no interior do engenho, uma vez que era utilizado como fonte de energia para a produção de açúcar. Todavia, com o advento

²⁰ *Ibid.*, p. 46.

²¹ *Ibid.*, p. 64.

²² *Ibid.*, p. 72.

²³ *Op. cit.*

²⁴ *Ibid.*, p. 69.



da demanda do mercado mundial por couro, essa criação interna ao engenho passou a ser insuficiente. Para responder à demanda do mercado, as fazendas assumiram a atividade pecuária, causando sua separação do engenho.

Outro fator igualmente importante no processo de desagregação dos privilégios feudais era de ordem interna à organização da fazenda: a impossibilidade de controle das terras pelos proprietários, devido à sua vasta imensidão, o que deu origem ao sistema de arrendamento:

Entre os fazendeiros de gado, desde os primeiros tempos, predominavam os proprietários de extensões intermináveis de terras, que eles mesmo não poderiam controlar. A propriedade pecuária, deste modo seria forçada a subdividir sua exploração, dando lugar, antes de qualquer outro tipo de latifúndio, ao aparecimento do arrendatário²⁵.

Ao lado do engenho e da pecuária, Alberto Passos cita uma terceira forma de latifúndio surgido das “entranhas da sesmaria”: o latifúndio cafeeiro, que acabou por reunir as melhores condições para o desenvolvimento de formas superiores em relação ao feudal-escravismo colonial. Isso não significava, para Alberto Passos, que a forma de organização do latifúndio cafeeiro pudesse ser caracterizada como uma fase capitalista.

Assim, num primeiro momento ou “ciclo”, a expansão do latifúndio cafeeiro, que data da década de 1830 – período em que o instituto sesmeiro já havia sido extinto –, acabou por incorporar tanto a grande propriedade rural, mantendo o monopólio fundiário, como formas de trabalho próprias do engenho açucareiro, marcando um retrocesso no desenvolvimento propiciado pelas fazendas, que, como vimos, haviam se aproximado de formas mais capitalistas.

Um segundo “ciclo” de expansão dos latifúndios cafeeiros foi caracterizado pelo fim do trabalho escravo e incorporação do trabalho livre. Contudo, mesmo a incorporação do trabalho livre não teria significado a inserção de força de trabalho assalariada na produção, já que sua existência coincidia com a preservação do domínio de fato ou poder extra-econômico. Em razão disso, Alberto Passos concluiu que o trabalho livre permaneceria preso ao medievalismo feudal e escravista, aproximando a situação desse trabalhador à figura da servidão da gleba.

Esses dois ciclos, portanto, foram definidos como i) ciclo feudal-escravista e ii) feudal-não escravista, sendo importante ressaltar que o segundo ciclo se engendrava dentro do primeiro. Durante o primeiro ciclo, em que houve a preservação do latifúndio e dos regimes de trabalho típicos do engenho, a produção passou a receber os influxos tecnológicos, que acabaram por gerar a necessidade de substituição da mão de obra escrava. No último quartel do século XIX, a produção cafeeira sofreu importante impacto: trata-se aqui da inserção de novos instrumentos de trabalho, máquinas hidráulicas que substituíram os instrumentos manuais produzidos no interior da própria fazenda, tais como o monjolo, carretão e o pilão. Essas mudanças caracterizavam o segundo ciclo (não escravista), ou seja, a transformação dos

²⁵ *Ibid.*, p. 69.



instrumentos de trabalho alteram o próprio regime de trabalho, passando a exigir a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

“Livre” aqui é entendido por Alberto Passos não como regime de assalariamento, mas como servidão da gleba. Essa relação seria decorrente de mais um resquício feudal, a permanência do poder extraeconômico. Como resultado, o trabalhador livre não receberia salário por sua atividade. Assim, o tempo de trabalho no latifúndio cafeeiro conjugava uma parcela de tempo destinada ao sustento do trabalhador e de sua família e outra destinada gratuitamente ao cultivo da terra do senhor/proprietário.

A despeito das modificações experimentadas na produção a partir do latifúndio cafeeiro, os vestígios feudais – especialmente na figura do poder extraeconômico e do latifúndio – ainda se faziam presentes na vida econômica e social brasileira. A solução que se apresentava para solucionar os problemas da terra poderia ser apenas uma: a divisão fundiária e a desintegração do seu monopólio.

No curso de sua existência de mais de uma centena de anos, o latifúndio cafeeiro evoluiu do regime escravista para o não escravista sem perder sua posição dominante alcançada no primeiro ciclo de sua expansão, que conservou no segundo ciclo, mantendo praticamente inalterados o seu poder extra-econômico. Durante esse longo período pôde adaptar-se ao processo de crescimento do capitalismo em nosso país, permitindo em seu interior a penetração de algumas das formas peculiares àquela formação social [...] por outro lado, constituiu-se, a grande fazenda cafeeira, o principal baluarte da sustentação da estrutura latifundiária semicolonial e semifeudal, arcaica, anti-social e anti-econômica que hoje representa um dos principais entraves ao desenvolvimento de nosso país²⁶.

De acordo com o pensamento de Alberto Passos em *Quatro Séculos de Latifúndio*, se por um lado, a transferência da criação de gado para as fazendas contribuiu para redistribuir a propriedade fundiária, por outro, porém, ela manteve a produção voltada para o mercado externo, funcionando como “apêndice da economia de exportação”²⁷. Do mesmo modo, o latifúndio cafeeiro não logrou superar os resquícios feudais. A extinção do trabalho escravo ao longo do segundo ciclo foi acompanhada da permanência do monopólio da terra e do poder extraeconômico.

Diante desse cenário, no qual os vestígios de uma formação em desintegração se apresentava como entrave às novas formas de produção e sociabilidade mais avançadas, a saída que se impunha, segundo nosso autor, passava pela reforma agrária – para democratizar o acesso à terra – e pela luta anti-imperialista – com o objetivo de fortalecer o mercado interno. Expostos esses fundamentos teóricos, veremos quais foram os desdobramentos políticos das teses apresentadas e que estão presentes na Declaração do PCB de março de 1958.

Antes, porém, vejamos que após lançar os argumentos que justificavam a caracterização da formação brasileira como feudo-escravista ou feudo-colonial, Alberto Passos se dedicou a tratar também das alterações experimentadas pela estrutura fundiária ao

²⁶ *Ibid.* p. 102/103.

²⁷ *Ibid.*, p. 72.



longo dos séculos XIX e XX, apontando três etapas históricas distintas que demarcariam com relativa precisão a desintegração do sistema latifundiário. Aqui se verifica com mais nitidez o papel da luta de classes até então secundarizado em sua análise.

O primeiro momento, também tido como etapa de gestação da crise, estendia-se de 1825 até os fins do século XIX. Aqui, Guimarães menciona como elementos propulsores da crise a luta travada no interior da oligarquia (brasileiros e reinóis)²⁸, além das forças criadas pela cisão entre engenho, fazenda e latifúndio cafeeiro. Aqui também tem lugar a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre e a legalização da pequena propriedade.

O segundo momento corresponderia à primeira década do século XX. Nessa etapa, coincidem a superprodução cafeeira e a inserção de formas avançadas capitalistas (trabalho remunerado, técnicas de cultivo, etc.) no trabalho rural, especificamente no latifúndio cafeeiro.

O terceiro momento seria marcado pela “decomposição do sistema fundiário” propriamente dita, cujo marco inicial estaria na crise mundial de 1929, sem que tal processo tivesse ainda naquele momento (1964) encontrado sua conclusão. Nessa etapa a crise do sistema latifundiário teria atingido um estado “parasitário” e de “permanência”, transformando-se “num estorvo, num obstáculo ao progresso da sociedade brasileira”²⁹. O fundamento em última instância da aceleração dessa decomposição residiria, segundo nosso autor, no embate de classes, “força motriz desse processo”³⁰. Assim, elementos caducos ou negativos (formas econômicas e instituições feudo-coloniais: trabalho escravo e monarquia, v.g.) estariam em pleno entrechoque com elementos novos ou positivos (formas econômicas capitalistas e instituições democrático-liberais: trabalho livre e remunerado e regime constitucional/república, v.g.).

Apesar dessas etapas históricas identificadas por Alberto Passos, e que demarcariam o processo de desintegração do monopólio da terra, o latifúndio ainda preservava “aquelas [características] que o qualificam como um regime arcaico, anacrônico, lesivo aos interesses progressistas da sociedade brasileira” (*Ibid.*, 1968, p. 163). As características a que se refere Alberto seriam os traços semicolonial e semifeudal, excetuando apenas o sistema escravista, único caractere que teria desaparecido no curso desse processo evolutivo. Isso significa, portanto, que remanesceria ainda a coação extraeconômica, como essência do medievalismo, cujo fundamento último era a permanência do monopólio da terra: “o monopólio de mais de cinquenta por cento da propriedade e da exploração da terra é a base material de seu [classe latifundiária] poder extra-econômico”³¹.

Ao lado do monopólio da terra, o monopólio da renda agrária obtida com a exportação constituiria o duplo poder atribuído à classe latifundiária, e sob o qual se reproduziam as relações de produção arcaicas, que, em última instância, significava um retardo no

²⁸ Para um panorama desse período, conferir *Evolução Política do Brasil* (1933) de Caio Prado Jr. Segundo Caio Prado Jr. (1977, p. 46), após a vinda da família real portuguesa para o Brasil verifica-se pelo menos três grandes forças em entrechoque: a) reacionários reinóis cuja pretensão é restaurar a colônia e a dependência política; b) classes superiores dedicadas a instaurar um regime constitucional no país; c) forças populares ou camadas oprimidas da população.

²⁹ Guimarães, 1968, p. 160.

³⁰ *Ibid.*, p. 162.

³¹ *Ibid.*, p. 203.



desenvolvimento do mercado interno, contribuindo para isso os baixos níveis salariais e as condições precárias de trabalho. O resultado era o atraso que atingia a agricultura nacional, com especial atenção aos gêneros voltados para o mercado interno.

Abre-se aqui o espaço para a “dualidade” da estrutura agrária brasileira. No capítulo homônimo dedicado à estrutura agrária no século XX, Alberto Passos coleta inúmeros dados para corroborar suas teses sobre a caracterização da formação social brasileira e a necessidade de superação dos vestígios medievais do feudo-colonialismo. Como vimos, o monopólio fundiário contribuiria, segundo nosso autor, para o retardo da formação de um mercado interno, já que o cultivo de áreas tomava em conta a destinação e absorção dos produtos pelo mercado externo. Diante desse cenário, Alberto Passos suscita a dualidade da estrutura fundiárias nos seguintes termos: agricultura de exportação e latifúndio *versus* agricultura de subsistência e propriedade camponesa. Vejamos:

Os contrastes na evolução dos rendimentos médios dos principais produtos de nossa agricultura, evidenciados com a melhoria da produtividade dos gêneros destinados ao mercado externo (café e cacau) e a produtividade decrescente dos gêneros de subsistência destinados ao mercado interno, refletem a distorção básica de nossa economia agrária. Por um lado, a canalização de favores, vantagens e recursos públicos, para as culturas de exportação, e os privilégios distribuídos através da política de amparo oficial à chamada “grande lavoura” estimulam as crises periódicas de superprodução; por outro lado, as barreiras, as dificuldades e limitações que perseguem a chamada “pequena lavoura” ou lavoura de subsistência, desamparada pelos Poderes Públicos, agravam as crises periódicas de penúria e os problemas até agora insolúveis do abastecimento, presentes em cada vez maior número de grandes centros urbanos. Na verdade, tais contrastes expressam a dualidade de nossa estrutura agrária [...]³².

Os dados colacionados por Alberto Passos³³ permitem, como ele de fato sugere, visualizar a relação entre crise mundial e desintegração do latifúndio, com conseqüente crescimento das áreas de lavoura, de um lado; e reaglutinação do latifúndio, acompanhado da diminuição das áreas de lavoura, nos momentos de reorganização e fortalecimento da economia mundial, de outro. Essa constatação também lhe permitiu concluir, com ainda mais afinco, pelo caráter impeditivo do latifúndio para a produção agrícola e pela necessidade de distribuição da terra: “o latifúndio se ergue como principal empecilho ao aumento da produção agrícola; [...] a fragmentação da propriedade é condição imprescindível para o progresso de nossa agricultura”³⁴.

Nessa oposição dual entre grande e pequena propriedade está inserida um elemento fundamental: a luta de classes entre camponeses e latifundiários, entendida por Alberto Passos como “fio condutor ao qual estão ligados todos os acontecimentos marcantes da vida rural brasileira; [e] o fator determinante e o elemento propulsor das insuficientes, mas significativas, transformações por que tem passado nossa agricultura”³⁵.

³² *Ibid.*, 207/208.

³³ Cf. quadro da p. 209. (*Ibid.*, 1968, p. 209).

³⁴ *Ibid.*, p. 212.

³⁵ *Ibid.*, p. 215.



À formação de classe corresponderia, nesse sentido, a forma de propriedade presente no campo, cujo surgimento corresponderia a cada etapa histórica. Assim, torna-se possível identificar i) propriedade camponesa e proprietário camponês, ii) propriedade capitalista e proprietário capitalista e iii) propriedade latifundiária e proprietário latifundiário.

A propriedade camponesa se caracterizaria sobretudo pelo predomínio do trabalho familiar, podendo ser classificada entre a) camponeses pobres (exploração de menos de 20 hectares), b) camponeses médios (exploração de 20 a 50 hectares), c) camponeses remediados (exploração de 50 a 100 hectares).

A propriedade capitalista, por sua vez, seria caracterizada pelo predomínio do regime assalariado de trabalho em relação à mão de obra familiar, bem como pela inversão de insumos agrícolas, adubos, fertilizantes.

Por fim, a propriedade fundiária, à distinção do regime de trabalho adotado nas duas primeiras formas de propriedade, teria como marca profunda a impossibilidade de exploração da terra, seja pelo núcleo familiar, seja pelo trabalhador livre assalariado, em decorrência da sua extensão. E para demonstrar a forças de seus argumentos, Guimarães traz à baila a seguinte constatação: no ano de 1950 as terras incultas ou improdutivas representavam 16,2 milhões de hectares, enquanto a soma das pastagens e da lavoura atingiam o patamar de 11,6 milhões de hectares.

O PCB E A DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958

Em 22 de março de 1958 o jornal *Voz Operária* publicava a Declaração Política do PCB, hoje conhecida como *Declaração Política de Março de 1958*, resultado das discussões internas surgidas no seio do partido em 1956, em decorrência do que Gorender (2014, p. 29) chamou de “desajuste da linha política”³⁶ e do “antidemocratismo stalinista dos métodos de direção”. Registra-se que naquele momento o PCB se colocava como a principal liderança política no campo da esquerda marxista-leninista.

Teria sido a necessidade de elaborar uma nova linha política para o PCB bem como de reformular sua direção, então tomada pelo culto à personalidade e pelo stalinismo do secretário-geral, Carlos Prestes, como se extrai dos relatos de Gorender (2014), os dois motivos principais dos quais resultara a redação da Declaração de 1958. Nos bastidores das disputas internas, teria concorrido para possibilitar tais mudanças a figura de Giocondo Dias, que “desceu às bases e procurou militantes que conhecia. Inteirou-se do quadro real, do confronto de opiniões e de muitas ideias novas. Transmitiu ao secretário-geral informações que o chocaram e abalaram convicções arraigadas”³⁷.

Prestes então se convencera da necessidade de mudança na Comissão Executiva, com a finalidade de alterar a linha política do partido. Conforme comenta Gorender, da plenária ocorrida em agosto de 1957, duas teriam sido as medidas tomadas no seio do Comitê Central: a retirada de Arruda, Amazonas e Grabois da Comissão Executiva e a designação de uma comissão para redigir uma proposta a respeito dos debates internos que vinham ocorrendo com vistas à formulação de uma nova linha política.

³⁶ Cf. Gorender, 2014, Capítulo 3, p. 23/28.

³⁷ *Ibid.*, p.33.



Diante do resultado infrutífero da plenária, uma nova reunião no mês de dezembro daquele mesmo ano teria ocorrido e com o aval do secretário-geral outra comissão, integrada entre outros por Alberto Passos Guimarães, se formou, sendo seu propósito a redação de um documento alternativo para ser apresentado perante o Comitê Central e que restou aprovado, com exceção das divergências apresentadas por Amazonas e Grabois³⁸.

Na seção dedicada ao processo do desenvolvimento econômico do Brasil, a declaração não vacila ao apontar os vestígios do passado responsáveis pelo atraso e subdesenvolvimento brasileiro: i) “agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho”; ii) “dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro”.

Enquanto esses elementos caracterizavam os sintomas do atraso, o capitalismo era identificado como “elemento progressista por excelência”. Essa concepção tinha como base material o crescimento no número de assalariados, o capital injetado no desenvolvimento tecnológico da produção agrícola e no fortalecimento do mercado interno. Com fulcro nesse cenário, o partido concluiu que surgia e se fortalecia também uma burguesia “independente” e “progressista”.

As “sobrevivências feudais” são colocadas em primeiro plano como obstáculos ao progresso da agricultura e como fator determinante do desenvolvimento desigual entre regiões industrializadas, de um lado, e agrárias, de outro.

Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Inglaterra são nominalmente apontados como países imperialistas³⁹, cuja investida em face da produção brasileiras, com a consequente retenção de parcela de valor aqui produzido e transferido para o exterior, é tida como antagonica ao processo interno de avanço do capitalismo:

Enquanto altera a velha estrutura econômica e cria uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional, arcaica e em decomposição. Este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece. (Declaração de Março de 1958 do PCB).

Dados tais fundamentos, a Declaração passa a tecer as consequências da determinação econômica na vida política e social brasileira, iniciando pelo balanço da democratização na vida política nacional. Se por um lado, o PCB reconhece que o Estado naquele momento representava os interesses da burguesia latifundiária e de setores do imperialismo – vale notar que se estava então sob o governo de Juscelino Kubitschek, período de elevada “penetração do capital imperialista nos setores básicos da economia brasileira”⁴⁰, por outro, o partido identificava que a sociedade, nomeadamente o proletariado e a burguesia, impunha um novo

³⁸ A esse respeito, conferir a crítica de Maurício Grabois publicada mais tarde sob o título *Dois Conceções, Duas Orientações Políticas* (1960). Está disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1960/mes/duas.htm>

³⁹ Por imperialismo aqui, entende-se “[...] a fase monopolista do capitalismo. [...]. O imperialismo é o capitalismo na fase do desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes”. (LENIN, 2008, p. 87/88).

⁴⁰ OLIVEIRA *apud* LOVATTO, 2010, p. 318.



curso no desenvolvimento político do país “no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas”.

Já a análise do cenário internacional revelava para o partido a possibilidade de transição pacífica para o socialismo, diante da crença de que tal cenário impactava de forma positiva as forças políticas internas: “o ascenso do socialismo, da causa da paz e do movimento de libertação nacional no mundo inteiro influi de modo positivo no crescimento das forças políticas antiimperialistas e democráticas no Brasil”.

A partir dessa inebriante compreensão, a despeito dos anos vividos na ilegalidade e das inúmeras restrições em termos de direitos políticos no Brasil, o partido foi incapaz de conjecturar a atmosfera repressiva que não tardaria em chegar, seja com a demonstração do golpe civil-militar de 1961, seja com a ditadura instaurada em 1964⁴¹. Ao contrário, a Declaração acentua que “o caminho pacífico da revolução brasileira [era] possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política”.

Retornando ao antagonismo identificado pela Declaração, o partido aponta duas grandes e fundamentais contradições enfrentadas pela sociedade brasileira naquele momento: i) “a contradição entre a nação e o imperialismo”; ii) “a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura”. Com isso, o partido secundarizava a contradição entre o proletariado e a burguesia: “a sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia [...]. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual”.

O *etapismo*⁴² que marca a obra de Alberto Passos Guimarães⁴³ pode ser localizado com igual identidade na seguinte passagem da declaração, que, no nosso entender, sintetiza a linha política definida pelo partido naquele março de 1958:

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira. (grifo meu).

Apontadas as duas contradições mais fundamentais – o imperialismo e os vestígios semifeudais -, o partido apontava como caminho duas soluções, respectivamente: i) soberania

⁴¹ A esse respeito, sobretudo no que concerne às posições do secretário-geral do PCB sobre o pronunciamento em que afirma o “caráter democrático das forças armadas” dias antes do Golpe de 1964 vale a pena conferir o capítulo 7 do já referenciado livro de Gorender. É igualmente interessante as posições contidas no Caderno do Povo Brasileiro (Vol. 5) “Quem dará o golpe no Brasil” de Wanderley Guilherme.

⁴² Com efeito, o próprio PCB, como assinala Gorender, assumira como nova linha política “a concepção da revolução brasileira em duas etapas”. (GORENDER, 2014, p. 34).

⁴³ Gorender chega a afirmar que Armênio e Alberto “extremavam o gradualismo do processo de aproximação ao poder revolucionário e viam no socialismo a evolução da democracia burguesa”. (2014, p. 35).



nacional política e econômica com observância da legalidade constitucional e demais garantias democráticas; ii) superação dos regimes de trabalho pré-capitalistas e acesso à terra como forma de combate ao monopólio fundiário.

Se bem expusemos os fundamentos teóricos da tese de Alberto Passos Guimarães em *Quatro Séculos de Latifúndio* na primeira parte desse trabalho, o leitor poderá estabelecer aqui, de forma ainda mais precisa, a vinculação entre as conclusões tecidas naquela obra por nosso autor e as diretrizes políticas apresentadas pelo partido na Declaração de março de 58.

A despeito das duas contradições apontadas pela Declaração, a que ganha maior destaque é a tese do antagonismo entre a soberania econômica e política nacional e o imperialismo norte-americano. Nesse entrelaço, a solução vislumbrada pelo partido era a criação da mais ampla unidade possível em torno da frente única nacionalista contra o imperialismo e seus apoiadores representados por determinados setores do Estado brasileiro:

[...] quanto mais ampla for esta unidade, maiores serão as possibilidades de infligir uma derrota completa àquela política e garantir um curso independente, progressista e democrático ao desenvolvimento da nação brasileira. [...]. O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano⁴⁴.

Em apertada síntese retrospectiva, a Declaração aponta como entraves ao desenvolvimento econômico e político brasileiro os vestígios semifeudais (monopólio da propriedade rural e regime pré-capitalistas de trabalho) e, com maior destaque, o imperialismo (alta dependência econômica ao mercado mundial, que além da instabilidade acarreta a transferência de valor para o exterior).

A alternativa para resolver esses entraves ou antagonismos com as novas formas econômicas e políticas mais avançadas em gestação passaria pelo fortalecimento da soberania nacional, tanto no aspecto econômico – com a formação de um mercado interno mais robusto e menos dependente – quanto político – ampliação das liberdades democráticas e defesa das garantias constitucionais, e pela superação do monopólio fundiário – via reforma agrária e acesso à terra – e das relações semifeudais de trabalho – ampliação do assalariamento e aporte de capital na agricultura.

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

A Revolução Brasileira (1966), de Caio Prado Jr., rechaçando qualquer resquício semifeudal⁴⁵, “massacrava a tese pecebista sobre o feudalismo no passado histórico do País e as conseqüentes “sobrevivências feudais””, segundo Gorender⁴⁶. Com efeito, como propõe

⁴⁴ Declaração Política do PCB de 1958.

⁴⁵ “[...] um tal sistema feudal, semifeudal, ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado”. (PRADO JR., 1966, p. 51).

⁴⁶ 2014, p. 84.



Del Roio⁴⁷, os pontos mais atacados na tese pecebista foram essencialmente dois: a) a hipótese feudal; b) a hipótese de uma burguesia nacional empenhada na luta anti-imperialista.

Caio Prado Jr. formulou duras críticas à esquerda brasileira, notadamente daqueles setores ligados ao PCB e às formulações do partido expostas na linha política adotada com a Declaração de Março de 1958, apontando que os comunistas teriam cometido erros grosseiros ao interpretar a realidade brasileira, partindo de abstrações formais e dogmáticas, secundarizando os dados da realidade em prol da preservação de um modelo teórico tomado de modo apriorístico. Teria resultado do esforço de interpretação da realidade pelos comunistas, afirma Caio Prado Jr., a formulação de “teorias decalcadas sobre modelos estranhos e completamente alheados da realidade do país”⁴⁸.

O resultado político da “insuficiência” teórica dos comunistas, segundo Caio Prado, ganhou expressão máxima com o apoio daqueles à candidatura de Juscelino Kubitschek na aliança partidária entre PSD e PTB em 1955, um dos governos que, como vimos anteriormente, mais permitiu o ingresso do grande capital internacional no país. Vale lembrar que esse apoio foi expressamente justificado na Declaração de 1958⁴⁹, já que para os comunistas integrava o governo uma ala nacionalista que era importante disputar para travar a luta anti-imperialista.

Isso permitiu aos comunistas inclusive identificar a “burguesia nacional” como sendo aquele setor de “industriais que encontravam pela frente [...] a concorrência e oposição do imperialismo interessado em manter o Brasil na posição de simples fornecedor de matérias-primas”⁵⁰. Tal concepção foi abalada rapidamente tão logo se verificou que havia na realidade uma forte combinação entre o empresariado nacional e os trustes estrangeiros: “trustes e monopólios internacionais [...], tipicamente imperialistas, começaram a se instalar no país, tornando-se fator de primeira ordem no estímulo ao processo de industrialização brasileira”⁵¹.

Nesse sentido é que para Caio Prado Jr. era “espúria” a aliança (PSD/PTB) apoiada pelos comunistas, já que o programa de Kubitschek impulsionava os interesses do grande capital, “pois é na base do apelo aos grandes trustes internacionais e estímulos às iniciativas deles no Brasil que, fundamentalmente, assentava o programa desenvolvimentista endossado pelo candidato”⁵².

⁴⁷ 2007, p. 102.

⁴⁸ 1966, p. 30.

⁴⁹ “A composição do governo do Sr. Juscelino Kubitschek é, em virtude disso, o resultado de um compromisso entre as duas alas que o integram. Este compromisso é frágil, não anula as contradições internas do governo e não impede a luta que lavra no seu seio. Apoiado nas massas, na Frente Parlamentar Nacionalista e no setor nacionalista das forças armadas, o setor nacionalista do governo tem influído para importantes decisões positivas. Disto são exemplos expressivos a defesa do monopólio estatal do petróleo e a manutenção de um clima de legalidade constitucional na vida política. Por outro lado, sob a pressão do setor entreguista e do imperialismo norte-americano, os elementos nacionalistas do governo têm sido levados a vacilações, derrotas e mesmo a graves capitulações, como foi o caso da cessão do arquipélago de Fernando de Noronha aos Estados Unidos”. (Declaração Política do PCB de Março de 1958).

⁵⁰ Prado Jr., 1966, p. 109.

⁵¹ *op. cit.*

⁵² *Ibid.*, p. 26.



A crítica contida n' *A Revolução Brasileira* reitera incansavelmente o caráter imaginário e estranho das interpretações teóricas dos comunistas sobre o Brasil⁵³, chamando a atenção para o fato de que tais formulações se pautavam por uma falsa concepção do marxismo segundo a qual a história da humanidade progredia numa evolução por etapas nos mesmos moldes da Europa. O caráter nacional e democrático-burguesa da revolução brasileira, fundamentado na luta anti-feudal e anti-imperialista, acabava por se encerrar num esquema teórico etapista sem qualquer base real:

Segundo esse esquema, a humanidade em geral e cada país em particular – o Brasil naturalmente aí incluído – haveriam necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo. Ora nada justifica, *a priori*, essa presunção. Ela não tem a seu favor nem mesmo o argumento de autoridade (...). A ideia de que a evolução histórica da Humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas, é inteiramente estranha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo (...)⁵⁴.

Se esse esquema etapista não se encontrava nos clássicos do marxismo, como afirma Caio Prado Jr. na citação acima, de onde então teria surgido esse modelo por etapas que supostamente se vislumbrava também aplicável ao Brasil e que teria permitido traçar as linhas gerais da revolução brasileira? Para Caio Prado Jr. sua origem assenta nas formulações elaboradas pela III Internacional Comunista (IC) no Congresso Mundial de 1928, ocorrido em Moscou.

No Programa da Internacional Comunista, aprovado em setembro daquele ano, algumas diretrizes chamam nossa atenção. A primeira diz respeito ao esquema tripartite que reduzia as condições particulares das nações mundiais rumo à ditadura do proletariado em: i) países de capitalismo altamente desenvolvido; ii) países de desenvolvimento capitalista médio; iii) países coloniais e semicoloniais, dependentes e aqueles ainda mais atrasados. O Brasil é colocado em pé de igualdade com outras nações como Índia e China, ocupando a classificação de país dependente. Essas são as considerações da IC a respeito do caráter da revolução brasileira:

[...] possuindo um embrião de indústria, por vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente embora, na maioria dos casos, para a edificação independente do socialismo; países em que predominam as relações sociais da Idade Média feudal ou o «modo asiático de produção», tanto na vida econômica como na sua superestrutura política; países, enfim, em que as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, os maiores latifúndios, as maiores plantações, etc., se encontram nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. **Aqui têm uma importância primordial, por um lado, a luta contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a consequente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro,**

⁵³ “É por isso que os esquemas imaginários que passam no Brasil por interpretações explicativas da nossa realidade, e nos quais se fundam a teoria da revolução brasileira consagrada, não guardam com os fatos reais senão uma longínqua relação” (PRADO JR., 1966, p. 37).

⁵⁴ *Ibid.*, p. 39.



pela independência nacional. A passagem à ditadura do proletariado só é possível nestes países, regra geral, depois de uma série de etapas preparatórias, esgotado todo um período de transformação da revolução burguesa-democrática em revolução socialista, sendo que o sucesso da edificação socialista é, na maior parte dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária⁵⁵ (grifo meu).

Como se extrai do trecho acima em destaque, em países coloniais ou semicoloniais e dependentes, como no caso do Brasil, segundo a IC, a revolução assumia o caráter democrático-burguês, sendo de importância primordial romper com os vestígios feudais e as formas pré-capitalistas de trabalho. Essas são as diretrizes presentes, de certo modo, na obra de Alberto Passos, que sistematiza tal concepção teórica sobre a presença do feudalismo na formação social brasileira, e também na Declaração de 1958, cuja linha política segue à risca as etapas e o caráter da revolução estampados no Programa da III Internacional.

Além desse documento, Caio Prado Jr. menciona também a Carta do Bureau Sul-americano da IC intitulado *Por um Viraje Decisivo en el Trabajo Campesino* datado de 1933, no qual, segundo nosso autor, “aparecem afirmações verdadeiramente assombrosas a respeito do nosso país”⁵⁶. Ademais, Caio Prado chama a atenção para o fato de que tal documento não seria fiel à realidade nacional ao citar como produtos mais exportados a borracha e o arroz, quando na verdade, tal posição era ocupada pelo café e pelo cacau.

Um outro ponto da crítica reside na qualificação do sistema de “parceria” citado por Alberto Passos Guimarães⁵⁷ em *Quatro Séculos de Latifúndio* como forma feudal ou semifeudal pré-capitalista de regime de renda. Na opinião de Caio Prado Jr. esse sistema nada teve de feudal, tratando-se de forma de assalariamento *in natura*, apenas isso. Ainda, Prado lembra que o elemento caracterizador do regime feudal não se bastava à natureza jurídica da relação de uso do solo, sendo fundamental para sua identificação com o feudalismo a existência da pequena propriedade, bem como a vinculação do pequeno agricultor com a terra em que produz.

Na formação social brasileira nada disso existiu. Aqui foi constituída a grande propriedade como parte integrante da empresa comercial: “Este tipo de organização agrária, que corresponde à exploração agrícola em larga escala, em oposição à pequena exploração do tipo camponês, não resulta de uma simples escolha, alternativa eleita entre outras que se apresentavam à colonização”⁵⁸. O latifúndio, a monocultura e o trabalho escravo configuram, para Caio Prado Jr., “os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial”⁵⁹, também compreendida como “grande exploração rural” ou “grande unidade produtora”.

Diferentemente de Alberto Passos e da Declaração do PCB, que tratavam a grande propriedade como um resquício feudal, Caio Prado Jr.⁶⁰ compreendia que o latifúndio,

⁵⁵ Programa da Internacional Comunista, 1928, p. 28/29.

⁵⁶ Prado Jr., 1966, p. 48.

⁵⁷ Guimarães, 1968, p. 99.

⁵⁸ Prado Jr., 2006, p. 119.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 122.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 31.



enquanto unidade produtora, desde os primeiros anos da colonização conservava “um acentuado caráter mercantil”, identificando-a como a “empresa do colono branco”. Vale notar que a despeito de reconhecer em sua obra inaugural *Evolução Política do Brasil* (1933) que “o regime das capitanias foi em princípio caracteristicamente feudal”, Caio Prado Jr.⁶¹ é expresso em afirmar que “este ensaio de feudalismo não vingou”. A colonização brasileira, como obra da empresa comercial portuguesa e travada pela burguesia comercial, esteve desde seu início integrada ao comércio mundial:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes (...). (2006, p. 31).

A constatação fundamental que se faz da passagem acima foi captada por Marcos Del Roio⁶² ao afirmar que “é a mesma natureza congenitamente capitalista da formação social e econômica brasileira que a mantém umbilicalmente atada ao imperialismo”. Por esta razão não haveria sentido a crença do PCB em 1958 a respeito da existência de uma burguesia nacional empenhada em travar a luta anti-imperialista. Nesse ponto é de extremo impacto o depoimento em tom de sincera autocrítica feito por Jacob Gorender:

A linha política do PCB, em cuja elaboração tomei parte, empurrava à plena luz o seu erro essencial. A burguesia brasileira não pode ser colocada na mesma categoria da burguesia nacional chinesa, acerca da qual teorizou Mao Tse-tung, ou das burguesias de países atrasados da América Central, da África e da Ásia – burguesias incipientes e fracas, passíveis de condução hegemônica por um partido revolucionário vigoroso. **No momento de 1964, a burguesia brasileira já era a classe dominante.** Dispunha de grandes recursos econômicos, do aparelho de Estado, de equipes de intelectuais orgânicos e de uma rede de instituições para o trabalho ideológico. **A pretensão do PCB de hegemônizá-la fundava-se numa ilusão.** Sucedeu o contrário: o PCB é que foi hegemônizado⁶³. (grifo meu).

Diante de sua crítica à hipótese feudal e de uma burguesia nacional que poderia ser disputada pelo proletariado em aliança, qual seria o caráter da revolução brasileira para Caio Prado Jr.? Na consolidação de uma economia nacional, tal como afirma Del Roio⁶⁴. O caráter da revolução, para Caio Prado Jr., de modo algum seria socialista – na verdade, uma tal definição sequer constitui seu objetivo⁶⁵ –, diante das condições objetivas então existentes no Brasil. Todavia, a presença de “velhos” elementos determinados pela natureza da sua própria formação histórica não poderia significar entrave ao modo de produção capitalista então

⁶¹ Prado Jr., 1977, p. 15.

⁶² Del Roio, 2007, p. 110.

⁶³ Gorender, 2014, p. 70/71.

⁶⁴ Del Roio, 2007, p. 113.

⁶⁵ “É nesses termos que se propõe a questão, pouco importando a caracterização e definição teóricas, desde logo, da revolução brasileira [...]. Isto é, saber se é “socialistas”, “democrática burguesa”, “popular” ou outra qualquer”. (PRADO JR., 1966, p. 267).



dominante. Muito pelo contrário, tais “vestígios” seriam, na sua opinião, funcionais ao próprio progresso do capitalismo brasileiro:

(...) essas sobrevivências escravistas (que são frequentemente apontadas pelos teóricos do feudalismo brasileiro como “restos” semifeudais) longe de constituírem obstáculo ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhe têm sido altamente favoráveis, pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalhador, ampliando com isso a parte da mais-valia, e favorecendo por conseguinte a acumulação capitalista⁶⁶.

Para romper com essas “velhas” relações, marcadamente antiquadas, Caio Prado Jr. propõe um programa que seja capaz de atribuir certa racionalidade ao funcionamento do capitalismo brasileiro – e talvez nisso consista a afirmação de Marcos Del Roio⁶⁷ quando diz que a proposta de Caio Prado Jr. consiste em “civilizar o capitalismo”.

Como mencionamos anteriormente, a tese de Caio Prado Jr. passa reiteradamente pelo que chama de integração nacional⁶⁸ da economia brasileira e pela intervenção no livre-mercado por meio do Estado ou do Poder Público: “trata-se assim de suprir essa insuficiência dos mecanismos ora presentes e atuantes no funcionamento da economia brasileira, imprimindo-lhe uma direção”, sendo igualmente necessária “a intervenção decisiva do poder público na condução dos fatos econômicos e na orientação deles para objetivos prefixados”⁶⁹. Em suma:

Tratar-se-á, dentro da planificação e direção gerais das atividades econômicas em que se combinarão as iniciativas e empreendimentos públicos com a iniciativa privada devidamente controlada e orientada, de visar sempre, e em primeiro e principal lugar, a elevação dos padrões materiais e culturais da massa da população, e a satisfação de suas necessidades, a começar pela principal delas no momento, e em regra tão mal atendida, que é a segurança para todos de ocupação e trabalho com remuneração adequada. (...) Do que se trata (...) é não deixar o funcionamento da economia à mercê de simples impulsos dos interesses e da iniciativa privados (...) ⁷⁰.

Como se extrai, a despeito das duríssimas críticas contidas em *A Revolução Brasileira*, sobretudo no que diz respeito às análises equivocadas dos comunistas sobre a realidade brasileira e do erros com relação aos fundamentos teóricos da hipótese feudal, remetendo-nos aqui, respectivamente, à Declaração do PCB de 1958 e à obra de Alberto Passos Guimarães, vale notar que a alternativa apresentada por Caio Prado Jr. não foi a revolução socialista, de modo que sua posição, nesse específico sentido, não poderia ser caracterizada como revolucionária⁷¹, tal como não foi revolucionária a linha política adotada pelo PCB⁷² na defesa pelas reformas de base.

⁶⁶ Prado Jr., 1966, p. 150.

⁶⁷ *op. cit.*

⁶⁸ Prado Jr., 2014, p. 268; 294.

⁶⁹ Prado Jr., 1966, p. 267-270.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 268/269.

⁷¹ “Assim, Caio Prado elabora uma interpretação da história do Brasil que tinha como objetivo, consciente ou não, retirar a luta pelo socialismo do horizonte político brasileiro. Faz isso afirmando que a linha



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quatro Séculos de Latifúndio esboçou os fundamentos teóricos da existência de formas feudais na formação econômica e social do Brasil. A grande propriedade fundiária e a terra como o principal meio de produção possibilitavam, segundo Alberto Passos, a permanência do poder extraeconômico. Identificando esses elementos como formas feudais, Alberto Passos afirmava que a particularidade desse feudalismo brasileiro assentava na regressão caracterizada pela utilização de mão de obra escrava e no caráter exportador da produção.

À parte desses fundamentos, Alberto Passos vislumbrava que esses elementos pré-capitalistas não passavam de vestígios que estavam em contradição direta com formas sociais mais avançadas de natureza capitalista, as quais não logravam o pleno desenvolvimento em razão daqueles entraves. A saída para esse empasse passava pela reforma agrária. Só a democratização do acesso à terra poderia destravar o avanço das forças produtivas.

A Declaração Política de 1958 do PCB, obviamente, não poderia constituir um reflexo perfeito da obra de Alberto Passos Guimarães, até porque outros eram os nomes que compunham a comissão responsável por sua redação. Além disso, afirmar o contrário seria incorrer num profundo anacronismo, inclusive porque *Quatro Séculos de Latifúndio* só foi publicado em 1964. Contudo, certamente os fundamentos expostos naquela obra por Alberto Passos serviram para, anos antes, formular a linha política do PCB, o que se verifica principalmente pelo tratamento que ganha o tema da reforma agrária naquele documento, dialogando com os argumentos apresentados por Alberto Passos Guimarães em seu livro, no qual o autor sistematiza em detalhes as razões que justificam a luta contra o monopólio da terra.

Tanto o PCB como Alberto Passos Guimarães⁷³ viam nas condições de trabalho e do campo obstáculos ao capitalismo, então entendido como força progressiva. Essa força progressiva decorria de um momento em que o plano de metas era implementado pelo governo Kubitschek. Vendo na base daquele governo uma burguesia nacional que, segundo sua interpretação, se contrapunha aos interesses imperialistas e aos latifundiários – ligados ao imperialismo –, o PCB propunha a aliança entre burguesia industrial e proletariado na mais

mestra do processo histórico do Brasil era a transição da economia colonial para a economia nacional. Muitos autores afirmaram que a luta deste autor era no sentido de constituição da nação. Todavia, ele deixa claro o que entendia por economia nacional: em oposição à economia colonial, caracterizada pela produção voltada para o mercado externo, com o objetivo de atender necessidades alheias, a economia nacional consistia em uma produção voltada para o atendimento das necessidades da população nela envolvida. Em diversas ocasiões, este autor caracteriza-a como produção para o mercado interno. Assim, nem Caio Prado era um autor revolucionário, como pretende, de um modo geral, a historiografia, nem escreveu seus textos com intenções revolucionárias”. (Mendes, 2013, p. 209).

⁷² “A luta pelas reformas de base não encarava, por si mesma, caráter revolucionário e muito menos socialista. Enquadrava-se nos limites do regime burguês [...]”. (GORENDER, 2014, p. 58).

⁷³ Vale notar aqui que mesmo após o Golpe de 1964 a interpretação de Alberto Passos se mantém. Ela leva agora em consideração a maior abertura para a aquisição de terras pelo capital estrangeiro, acentuando a necessidade de reforma agrária e a impossibilidade de realização de uma revolução tecnológica no campo sem que seja rompido o monopólio da terra. Conferir o capítulo “Depois de 1964” (1968, p. 227/249).



ampla frente, que seria pautada pelos princípios da legalidade e do Estado democrático de Direito, ou seja, pela defesa das garantias constitucionais.

O vínculo entre a fundamentação teórica dada à hipótese feudal no trabalho de Alberto Passos Guimarães e a linha política definida pelo PCB anos antes pode ser localizada no modo como, por um lado, encaram as más condições de trabalho no campo e a estrutura agrária, e, por outro, na crença depositada num capitalismo industrial progressista. Atribuindo àquelas condições um caráter de entrave com relação ao desenvolvimento das forças produtivas e à constituição de formas superiores e avançadas, a alternativa apresentada visava o fortalecimento e a autonomia econômica e política do país.

A formação do mercado interno demandava romper com o monopólio da terra, pois sua manutenção interessava ao imperialismo, principal destinatário da produção agropecuária brasileira. Essa desintegração permitiria a liberação das forças produtivas no campo e a constituição de novas relações de produção, igualmente superiores. Nessa luta, a burguesia nacional contribuiria para o fortalecimento econômico interno, na medida em que seu interesse se voltaria para o desenvolvimento da indústria brasileira. Com consequência, romper-se-ia a dependência econômica. Ao mesmo tempo, o elemento democrático da linha política permitia concluir que desse processo o país conquistaria a soberania política.

A luta de classes entre proletariado e burguesia foi completamente dissolvida na linha política do PCB em 1958, adotando a tese da revolução pacífica, ou seja, do próprio apassivamento da classe trabalhadora. Nessa posição teve importante impacto a III Internacional Comunista, já sob a influência do stalinismo, que dava primordial importância às etapas que, uma vez cumpridas, levariam à ditadura do proletariado.

Nem o PCB, nem Alberto Passos Guimarães compreenderam que os “vestígios” atuavam de forma funcional ao capitalismo brasileiro. Tampouco entenderam que a burguesia nacional não guardava com o imperialismo uma oposição antagônica, mas, ao contrário, o capital estrangeiro constituía a própria base de fortalecimento da burguesia nacional dependente. Logo, os interesses entre burguesia internacional e burguesia nacional convergiam.

Caio Prado Jr. revelou os equívocos teóricos por trás dos fundamentos da hipótese feudal, bem como os desvios burgueses contidos na linha política do PCB. Expôs o vínculo entre a burguesia industrial brasileira e o capital internacional, bem como o caráter funcional dos “vestígios” coloniais presentes na formação do Brasil. Sua posição, porém, não foi a de defender uma revolução socialista no país, já que, assim como o PCB, considerava inexistir terreno para sua realização. Ao contrário, propôs uma solução tão reformista quanto. Tratava-se, como propõe Del Roio, de “civilizar” o capitalismo.

Desse modo, entendemos que a força de *A Revolução Brasileira* assenta mais nas questões teóricas e na crítica à concepção apriorística de modelos estranhos à realidade brasileira tomados pelos comunistas, que propriamente às suas alternativas políticas ao impasse em torno da revolução brasileira. Mais profícuas nesse sentido e propositadamente não abordadas nesse artigo, foram as críticas elaboradas pela teoria da dependência, notadamente a partir das formulações de Ruy Mauro Marini, cuja vinculação política mais direta se verificou com a fundação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, a ORM-POLOP.



Referências

DEL ROIO, Marcos. A Teoria da Revolução Brasileira: Tentativa de Particularização de uma Revolução Burguesa em Processo. In: DEL ROIO, Marcos; MOARES, João Quartim. **História do Marxismo no Brasil**. Vol. 4. 1.ed. Campinas: Unicamp, 2007.

DÓRIA, Carlos Alberto. O Dual, o Feudal e o Etapismo na Teoria da Revolução Brasileira. In: MORAES, João Quartim. (Org.). **História do Marxismo no Brasil**. Vol. 3. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **As reformas de base**. FGV – CPDOC. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base. Acesso em: julho de 2019.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. 5.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2014.

GRABOIS, Maurício. **Duas Concepções, Duas Orientações Políticas**. Revista Princípios, edição 6, Junho, 1983, pág. 17-22. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1960/mes/duas.htm>. Acesso em: julho de 2019.

GUILHERME, Wanderley. **Quem dará o golpe no Brasil?**. In: Cadernos do Povo Brasileiro. Vol. 5. Civilização Brasileira, 1962.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Trad. Leila Prado. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LOVATTO, Angélica. **Os cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960**: um projeto de revolução brasileira. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. 385 p. – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – São Paulo, 2010.

MENDES, Claudinei M. Magre. **A questão do Feudalismo no Brasil: um debate político**. In: Notandum 32 - maio-ag. CEMOROC-Feusp / IJI-Universidade do Porto, 2013. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand32/12claudinei.pdf>. Acesso em: julho de 2019.

PEREIRA, Astrojildo. **Construindo o PCB: 1922 – 1924**. 1.ed. São Paulo: LECH, 1980.

PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.



_____. **Evolução Política do Brasil**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. **Declaração Sobre a Política do PCB**.

Março de 1958. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em: julho de 2019.

VI Congresso Mundial da Internacional Comunista. **Programa da Internacional**

Comunista. Setembro de 1928. Disponível em: [http://www.hist-](http://www.hist-socialismo.com/docs/ProgramaIC1928.pdf)

[socialismo.com/docs/ProgramaIC1928.pdf](http://www.hist-socialismo.com/docs/ProgramaIC1928.pdf). Acesso em: julho de 2019.

Recebido em 20/08/2019

Aprovado em 14/11/2019